

ACTA N.º 12

Aos **vinte e oito** dias do mês de Fevereiro do ano de **dois mil e onze**, pelas 09h.15m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia nove do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
2. **Regulamento Municipal de Venda Ambulante do Município de Valença;**
3. **Regulamento Municipal de Estacionamento;**
4. **Regulamento de Toponímia e de Numeração da Polícia em Edifícios; e,**
5. **Regulamento do Mercado Municipal.**

III – Período de Intervenção do Público.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos, com a habitual saudação protocolar e, as boas vindas aos novos Deputados em função de substituição, desejando-lhes um trabalho profícuo.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luis de Oliveira Vilas**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas - face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escritos, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à sessão, dos Deputados Dr. José António Nogueira, substituído pela Dra. Maria do Carmo Duarte, Sr. Salustiano Costa de Faria, substituído pelo Sr. Avelino Lucas Gonçalves, D. Maria da Conceição Pereira, substituída pelo Sr. Álvaro Bastos Queirós e, Dra. Dora Ferreira, substituída pelo Sr. Hélder Daniel Pereira – do Grupo Municipal do PS.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** adentro das disposições regimentais, pôs à discussão a Acta n.º 10.

Usou da palavra:

A **Deputada Dra. Inês Ferreira**, para solicitar as seguintes correcções: no primeiro ponto - quando se diz “... Direcção Geral de Saúde...” deverá dizer “dados da Organização Mundial de Saúde e da Organização Internacional do Trabalho” e, duas linhas abaixo, quando diz “provisão da equidade” deverá ser “diminuição da produtividade”; na última linha do segundo ponto, alterar para “não se deverá encontrar respostas ou soluções possíveis”.

Colocada à votação, num universo de 34 votantes verificaram-se: 0 votos contra; 5 abstenções (Dra. Margarida Rodrigues, Dra. Maria do Carmo Duarte, Sr. Luís Amorim, Sr. Avelino Gonçalves e Sr. Hélder Pereira - por não terem estado presentes na sessão anterior) e, 29 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta n.º 10.**

Colocada à discussão a Acta n.º 11, intervieram:

O **Deputado Sr. Carlos Natal**, para dizer que as transcrições ficam fora de contexto, reportando-se à sua intervenção no ponto 2 que diz “sobre este parque existe um processo sistematicamente adiado por parte da Câmara, no termines da exploração do parque do valenciano”, considerando que este texto não faz sentido.

Solicitou ainda que fosse retirada, no ponto 5, a parte que refere que “depois surgiram uma série de situações que se prenderam com a verificação de quem era morador ou não, com ameaças ao Presidente da Junta para tirar atestados de residência” e, corrigiu dizendo que o termo utilizado foi “retirar” e não “tirar”.

A **Deputada Dra. Margarida Rodrigues** para:

1. Corrigir a sua intervenção, na página 5, ponto 3, penúltima folha onde diz “...e do ponto de situação do Centro de Saúde fixaram..”, é “ficaram perplexos”;
2. Verberar o modo como as actas são redigidas: a censura do que é dito é evidente. Na acta n.º 10 nem sequer vêm evidenciadas as correcções propostas pelo Dr. José António Nogueira. Atente-se que em contraponto, na acta n.º 11, vem a intervenção, à cabeça, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que merece honras de transcrição integral;
3. Fazer notar se quem deve falar pela transparência e pela igualdade assim procede ou deixa proceder, muito mal trata a democracia nesta sala;

4. Acrescentar que, afinal, de participativas as presentes actas nada tiveram e nem o esquisso da nº 10 foi entregue no final da sessão, não obstante solicitado por dois deputados de cores políticas distintas nem, depois, pelo menos os deputados municipais do Partido Socialista, foram contactados para o que quer que fosse. Para além de convenientes omissões e sínopes cirúrgicas os erros saltam à vista;
5. Dizer que mais não espera do que na próxima acta apenas virá que o Sr. fulano de tal interveio para discordar do modo como as actas foram tramitadas;
6. Deixar claro que nem sequer esperam que a Comissão Municipal Multidisciplinar Integradora venha a reunir em próxima data pois, as informações que a oposição aí poderia colher sobre a actividade municipal, poderia ser nociva aos interesses reinantes; e,
7. Questionar para quando o pedido de parecer sobre impedimentos à ANMP, com proposta entregue pelo seu líder municipal há mais duma semana.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, alertou para o facto de na expressão oral, muitas vezes não se fazer a correcta entoação, o que na transcrição dificulta a colocação da pontuação, assim como a interrupção de um raciocínio para iniciar outro, algumas deficiências na gravação, ruídos de fundo, tudo dificulta o trabalho de redacção da acta.

A elaboração deste documento implica um grande esforço para quem faz a sua tradução, no entanto, procurar-se-á fazer sempre melhor.

Sugeriu aos Srs. Deputados que, sempre que possível, trouxessem as respectivas intervenções por escrito e as entregassem à Mesa e assim não ficariam prejudicados os registos em acta, devendo no entanto, ter-se em conta que será sempre uma súmula.

Relativamente ao pedido de parecer sobre impedimentos, à ANMP, por parte do líder de bancada do PS, disse que o Sr. Segundo Secretário iria responder à questão.

O **Segundo Secretário da Mesa, Dr. Mário Rui Oliveira**, sobre este ponto, esclareceu que a Mesa falou com o Deputado Dr. José António Nogueira - provavelmente duas semanas antes da Comissão Permanente. O Sr. Deputado disse que naquela altura não lhe era possível reunir para, em conjunto, redigirem o pedido de parecer e o poderiam fazer após a reunião.

Na última reunião da Comissão Permanente o Deputado Dr. José António Nogueira apareceu com um pedido de parecer elaborado só por si e, desejava que fosse aquele isoladamente enviado à ANMP.

Desta vez, foi a Mesa que por motivos profissionais não teve hipóteses de analisar o pedido do Sr. Deputado para depois formularem um em conjunto.

Colocada à votação, a **Acta nº 11**, num universo de 34 votantes, registou: 0 votos contra, 9 abstenções (Dr. Jorge Gonçalves, o Sr. Luís Amorim, Sr. Mário Andrez, Sr. Hélder Pereira, Sr. Avelino Gonçalves, Drª Maria do Carmo Duarte, Drª Liliana Lemos, Dr. António Soares Pereira e Drª Margarida Rodrigues). **Aprovada por Maioria.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, informou que o quórum passava a ser de 35 Deputados.

De seguida deu a palavra à **Deputada Drª Margarida Rodrigues** para fazer a seguinte **Declaração de Voto:**

“Em relação à votação da acta eu quero dizer que apesar do que li, da posição do Grupo Municipal do PS, a título pessoal, quando mais, já Secretária da Assembleia, sei que é um trabalho muito ingrato. Não é fácil, há muitas coisas que nos escapam até porque as intervenções chegam de uma forma que é uma algarviada. Quem está a redigir a acta não tem uma única vírgula, não tem um único ponto final e dizem-se siglas e abreviaturas que muitas vezes nem existem. Logo não é fácil deixá-la ao agrado de todos. Eu estou solidária com a Mesa e acho que o que se deve fazer é insistir com os Srs. Deputados para que entreguem as intervenções por escrito, de uma forma coerente. É uma maneira das actas serem melhor redigidas. Não tenho nada contra as actas”.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, para fazer o seguinte reparo à Mesa: o que a colega tinha acabado de fazer não era uma declaração de voto - uma declaração de voto é a justificação do próprio voto. Supunha que a Sra. Deputada se tinha absterido e abstenção não dá direito a declaração de voto. Seria bom que a Mesa explicitasse a sua posição relativamente às declarações de voto. Do ponto de vista técnico o que a Drª Margarida foi fazer foi uma auto justificação da posição tomada e isso equivale a uma tomada de tempo extra-regulamentar.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, disse que a Mesa iria corrigir estas situações e, a partir deste momento, só se fariam declarações de voto exactamente como consta no Regimento.

Deu nota da entrada de um manifesto onde era solicitado ao Presidente da Assembleia que o apresentasse na reunião desse órgão e, caso fosse aprovada a sua subscrição, os informassem para que do mesmo se pudesse fazer divulgação pública. Pelas organizações promotoras assinou o documento o Sr. Mário Nogueira.

Manifesto:

“Investir na Educação defender a escola pública. A educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de 803 milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto. Cortar nos recursos de que as escolas dispõem-humanos, físicos, materiais, financeiros, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da educação Pré-Escolar a partir do três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a Lei determina, da educação sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos! É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa”.

As entidades promotoras: FENPROF (Federação Nacional dos Professores), ASPL (Associação Sindical de Professores Licenciados), FENEI (Federação Nacional do Ensino e Investigação), PRÓ-ORDEM (Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem), SEPLEU (Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades), SINAPE (Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação), SIPE (Sindicato Independente de Professores e Educadores), SIPPEB (Sindicato dos Professores do Pré Escolar e do Ensino Básico), SPLIU (Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades), CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), CNIPE (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação), DNAEESB, (Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico), FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública), SIEE (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino), SNP (Sindicato Nacional dos Psicólogos), STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local).

Intervio:

O Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Para chamar à atenção para a importância do conteúdo do manifesto, dizendo tratar-se de um levantamento das expectativas, das promessas e compromissos que o governo formulou em relação ao sector da Educação e, alguns deles falharam por via do corte orçamental;
2. Disse que esta situação implicava directamente um aumento de encargos para as autarquias, nomeadamente com as actividades extra-curriculares;
3. A acrescentar a isto, há ainda o aspecto da liquidação de trinta mil postos de trabalho por via da liquidação dum número equivalente de horários no ensino básico e secundário, o que produzirá o aumento do desemprego junto do corpo docente, nomeadamente dos contratados; e,
4. Considerou tratar-se de um manifesto que contém em si uma grande importância social, no sentido em que, inclusivamente, faz o levantamento de promessas e compromissos do próprio governo que não estão a ser cumpridos.

O Deputado Dr. José Veríssimo:

1. Para dizer que se deveria investir na educação, defender uma escola pública de qualidade, sempre em defesa da escola democrática;
2. Lamentar o facto da FNE (Federação Nacional de Educação) estar ausente nas entidades promotoras quando se apela à união;
3. Referir que se vivem momentos difíceis perante um governo autista que promove roturas insanáveis em todos os sectores do ensino, nomeadamente, na dignificação da classe docente;
4. Considerar que este manifesto peca por ser redutor quanto a questões como o estatuto da carreira docente e demais legislação complementar, nomeadamente, a avaliação do desempenho do docente e o modelo de gestão que retirou representatividade democrática às escolas; e,
5. Dizer que o Grupo Municipal do PSD manifestava a sua concordância com este documento.

O Deputado Sr. Luís Amorim, chamou à atenção de que o manifesto já foi aceite pela Mesa e o Regimento da Assembleia Municipal diz que não se podem pronunciar sobre manifestos, votos de louvor, propostas ou moções.

Questionou a Mesa se realmente vai colocar o documento à votação visto já estar em apreciação.

O Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes, esclareceu que em sede da Comissão Permanente, que foi onde chegou o manifesto, aceitaram que ele viesse à Assembleia.

O Deputado Sr. Luís Amorim, para insistir que esta aceitação viola uma regra do Regimento.

O Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes, considerou que a partir do momento em que a Comissão Permanente o aceitou e propôs que a Mesa o apresentasse a discussão e

votação, não via inconveniente que assim sucedesse. No entanto, questionou o plenário acerca de quem votava contra a vinda do referido documento a discussão e votação na Assembleia. Registaram-se: 1 voto contra (Sr. Luís Amorim), 1 abstenção (Sr. Mário Cruz) e 34 votos a favor. **Aprovada por Maioria a discussão e votação do Manifesto.**

Prosseguiu o **Deputado Sr. Luís Amorim:**

1. Para dizer que o país está a atravessar dificuldades mas não é certo que se tenha cortado a nível da educação;
2. Acrescentar ter conhecimento que a nível nacional este governo tem investido bastante na área da educação - escolaridade obrigatória até aos 18 anos, escola a tempo inteiro, o plano tecnológico e a requalificação do parque escolar;
3. Deixar claro que ninguém gosta que os benefícios sejam retirados, mas atendendo às condições económicas que o país atravessa e sendo pedidos alguns esforços, que já se estão a reflectir no ensino privado, considerou que também no ensino público terá de haver alguma restrição;
4. Disse não discordar da intervenção do Deputado Dr. Veríssimo e, efectivamente, a comunidade docente estará a ser prejudicada, mas atendendo às condições económicas do país, considerou que se deveria dar esperança até porque ainda não está nada definido para o próximo ano lectivo; e,
5. Alertar que a própria autarquia também já começou a ter cortes a nível da educação: cortou nos transportes escolares e cortou no fornecimento de copos para a água.

Colocado à votação, verificou-se o seguinte resultado: 8 votos contra, 0 abstenções e 28 votos a favor. **Aprovado por Maioria o Manifesto.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, informou acerca da segunda Moção, apresentada pela Mesa - uma Moção de apoio e solidariedade às populações de Carrazeda de Ansiães, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Vila Flor, Alfândega da Fé, Vinhães, Torre de Moncorvo, Vimioso e Miranda do Douro, cujo encerramento do SAP de efectivou a 1 de Fevereiro de 2011 e, também às populações de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Baião, Resende, Pampilhosa da Serra, Góis, Marinha Grande, Mangualde, Oleiros, Idanha-A-Nova, Montemor-O-Novo, Vendas Novas, Serpa e Moura, cujo encerramento do SAP está anunciado para curto prazo.

“Atendendo a que a população de Valença que esta Assembleia tão dignamente procura representar, já sofre na pele a arbitrariedade do encerramento do SAP às 24h desde os meses de Janeiro e Março do ano passado, atendendo a que as populações dos 22 concelhos descritos na introdução desta moção estão, uns já a sofrer também neste momento o encerramento e, outros, na expectativa próxima do encerramento dos seus SAP's, mas está também atenta e apoiadamente a lutar contra idêntica arbitrariedade de encerramento da tarde para a noite dos referidos SAP's durante 24h.

Propõe esta Assembleia Municipal de Valença em representação da população valenciana uma Moção de Apoio e Solidariedade com as populações das referidas localidades”.

Usou da palavra o:

Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Disse estar completamente de acordo com o teor da Moção, particularmente pelo reafirmar da identificação da luta e de objectivos desta Assembleia, por via da Mesa, com as aspirações dos Valencianos;
2. Propôs que esta Moção de apoio fosse aprovada por unanimidade e fosse enviada, através dos Presidentes das respectivas Assembleias Municipais, a informação de apoio;
3. Lembrou que se continua a sofrer na pele as arbitrariedades por parte deste Governo, relativamente a direitos sociais que são inalienáveis das populações;
4. Referiu ainda que o interveniente anterior, a propósito do comunicado votado, confundiu deliberadamente privilégios com direitos sociais. O direito ao ensino não é um privilégio, é um direito social e o direito à saúde também não é um privilégio é um direito social, portanto todo o apoio da CDU na votação desta Moção.

A **Deputada Dra. Aurélia Costa Torres**, disse que apoiavam esta Moção de solidariedade visto, uma vez mais, o Ministério da Saúde considerar estas populações de segunda categoria e, tal como os valencianos, não se conformam com a decisão.

O voto do Grupo Municipal do PSD será favorável.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, questionou se algum grupo municipal se pretendia reunir posto estarem a ter conhecimento do conteúdo das moções pela primeira vez. Nenhum grupo pretendeu reunir, pelo que se passou à votação.

Num universo de 36 Deputados verificaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 36 votos a favor. **A Moção foi Aprovada por Unanimidade.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** informou acerca da entrada de

mais uma Moção do Grupo Municipal da CDU, assinada pelo seu representante, que o **Segundo Secretário da Mesa Dr. Mário Oliveira** leu:

“Encontra-se em construção o sistema de pórticos para instalação de portagens virtuais na localidade de Outeiro com o fim de portajar o troço do IC1/A28 entre Viana do Castelo e Gondarém (V.N.Cerveira) , na segunda fase de cobranças a iniciar em Abril do corrente ano. Esta medida anti-económica para o Concelho de Valença e toda a Euro-região do Vale do Minho, vem contribuir, em plena época de recessão económica, para o aprofundar e agravar das dificuldades económicas dos respectivos habitantes, nomeadamente quanto ao seu direito à livre circulação, por via do inevitável aumento de custos nos transportes colectivos, individuais e empresariais, o que constituirá factor de quebra de receitas e investimento, com consequente aumento de desemprego, precariedade e instabilidade social. Os membros da Assembleia Municipal de Valença, legítimos representantes das aspirações e interesses dos Valencianos, reunidos em Sessão Ordinária a 28 de Dezembro de 2011 no Auditório dos Paços do Concelho, condenam firmemente mais esta medida restrita do governo e parceiros estratégicos que, a pretexto do equilíbrio das contas públicas e do cumprimento das metas do deficit orçamental do Estado Português, mais não fazem que desequilibrar ainda mais a acentuada assimetria regional do Noroeste Peninsular, e rasgar o compromisso de coesão, solidariedade nacional e desenvolvimento assumido nos seus programas políticos e respectivas campanhas eleitorais. Apela-se à Comunidade Intermunicipal do Minho (C.I.M) para que tome providências, nomeadamente agendado o assunto em sede de Assembleia, de forma a proceder a diligências institucionais ao seu alcance para parar com esta verdadeira sangria económica e financeira às gentes de Região. A presente Moção será enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Presidente da República, com conhecimento aos Grupos Parlamentares de Assembleia da República, Comunidade Intermunicipal do Minho, Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do Vale do Minho e principais órgãos de comunicação social nacionais e regionais”.

Interveio o Deputado:

Sr. Armando Carvalho:

1. Para relembrar que uma Moção de idêntico teor foi apresentada pelo seu grupo e votada favoravelmente nesta Assembleia, no dia 26 de Dezembro de 2006, e no dia 26 de Abril de 2009 apresentaram outra, desta vez uma proposta de recomendação ao executivo;
2. Disse que a proposta de recomendação foi aprovada e foi questionado o executivo no sentido de saber se ia tratar do assunto, se ia tomar medidas. Foi dito que o problema não nos atingia muito directamente uma vez que estavam garantidas as viagens sem portagens entre Valença e Viana do Castelo;
3. Frisou que ele contestou este argumento, no sentido de que o universo de negócios e deslocações dos Valencianos não se limitava a Viana do Castelo, mas de qualquer maneira, cultivou-se esta expectativa de que até Viana se ficaria isento de portagens;
4. Recordou que nessa altura, na Assembleia, a moção não foi aprovada por unanimidade porque o Grupo Municipal do Partido Socialista absteve-se, tendo o seu responsável de bancada dito que, por ele, até devia haver muitas portagens à saída de Valença, para os turistas não saírem. Foi preciso explicar-lhe que se não saem, também não entram e toda a gente reconhece que isto não traz benefício social ou económico para Valença; e,
5. Concluiu dizendo que se tem que tomar uma posição e a CIM também deveria justificar a sua existência e tomar providências como super-estrutura do Vale do Minho.

Colocado à votação, num universo de 36 Deputados registaram-se: 0 votos contra, 6 abstenções (Dr^a Margarida Rodrigues, Dr^a Maria do Carmo Duarte, Sr. Avelino Gonçalves, Sr. Hélder Daniel Pereira, Dr. Jorge Gonçalves e Sr. Luís Amorim) e, 30 votos a favor. **A Moção foi Aprovada por Maioria.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deu nota da entrada de um Voto de Louvor e Agradecimento na pessoa da D.^a Jessi Guruchet Cruz, Secretária da Assembleia até esta data e, ainda continuará a dar apoio. Diz o seguinte:

“Porque a vida é feita de mudanças, a Assembleia Municipal de Valença, na “hora da despedida” da funcionária D.^a Jessi Guruchet Cruz do seu Secretariado de Apoio, vem louvá-la e agradecer-lhe todo o trabalho, empenho, disponibilidade, dedicação, simpatia e brio profissional, muito para além do que as funções e obrigações que lhe estavam cometidas e confiadas exigiam e impunham, prestado ao longo de todo o tempo em que a ele esteve adstrita e vinculada, por ser absolutamente merecido e de inteira justiça”.

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que recebeu este Voto de Louvor e Agradecimento, em fotocópia, já com assinaturas e não foi convidado para se associar a este Louvor. Considerou estar-se em presença de uma medida sectária, do Grupo Municipal do Partido Socialista, que parece querer averbar só para ele.

Também reconhecem o Voto de Louvor e esforço da trabalhadora Jessi Guruchet e achou que deveria ser estendido a todos os grupos municipais para todos terem a possibilidade de se associar. De qualquer maneira a intenção CDU está feita e agora também não o vão assinar.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para dar o seguinte esclarecimento: os proponentes na pessoa do Sr. Deputado Luís Amorim, entregou o voto assinado pelo

Grupo Municipal do PS e sugeriu que quem o quisesse assinar o poderia fazer. Ele foi posto à discussão, as pessoas receberam uma fotocópia para conhecimento do teor exacto.

O **Deputado Sr. Pinto Neves**, disse que se associava ao voto, pessoalmente e em nome do grupo. A funcionária em questão sempre foi de total disponibilidade.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira**, para dizer que aprovavam este Voto de Louvor e Agradecimento, no entanto, acrescentou ter tido pena que este não lhes tivesse chegado antecipadamente, podendo, neste momento estar assinado por todos.

Teceu algumas considerações: a vida é feita de mudanças e ainda bem, e quando as mudanças são para fazer com que uma funcionária que tem competências para outras funções as vá exercer, óptimo e, não se estão a despedir desta funcionária, só lhe estão a agradecer todo o trabalho, a sua competência, a sua boa disposição, a disponibilidade total e a simpatia. De todas as maneiras assinariam a proposta.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para esclarecer que quando chegou à sessão, trazia a proposta redigida e assinada pelos membros do Grupo Municipal do PS. Entregou-a à Mesa e pediu que fosse extensiva a todos os deputados municipais, que se quisessem associar..

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, o Voto de Louvor e Agradecimento foi Aprovada por Unanimidade.

INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPOLAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Interveio o:

Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca da afirmação da comunicação social que diz que os Presidentes das Câmaras Municipais do Norte tiveram, recentemente, uma reunião com o Primeiro Ministro, no sentido de serem sensibilizados para a urgência da regularização das dívidas às Águas de Portugal. Pretendeu saber se a Câmara tinha dívidas com as Águas de Portugal e qual o montante, se o Sr. Presidente esteve nessa reunião, e de que forma ficou combinado pagá-la;
2. Ser elucidado se estava em marcha, ou planeada qualquer medida quanto à prevenção e meios de combate aos incêndios para a época que se avizinha. Considerou que o ideal seria que a Câmara organizasse, de forma bem visível e bem clara, um apelo à limpeza dos terrenos particulares e que demonstrasse como vai proceder, de maneira a cativar os particulares a seguir o exemplo; e,
3. Sugerir fazer-se uma espécie de sessões de esclarecimento nas freguesias, para elucidar acerca dos períodos para queimas e as condicionantes e, que a Câmara Municipal em articulação com os Bombeiros, a Protecção Civil e os Sapadores, até à época de incêndios, mostrasse que está no terreno, que tem ideias sobre o assunto e que reconhece que o que se passou para trás também é algo da sua responsabilidade.

O Deputado Sr. Pinto Neves:

1. Alertou para a discrepância dos horários nos panfletos das actividades culturais; pronunciou-se acerca da afixação de cartazes que ficam pendurados uma eternidade nas paredes ou nas pontes, sugerindo que as pessoas ou instituições que os colocam deveriam ter, no máximo, uma semana para os retirar; e,
2. Referiu-se à placa de pagamento no estacionamento do campo da feira que, apesar de dizer que o pagamento é facultativo, as pessoas acabam por não estacionar e provavelmente vão-se embora.

A Deputada D. Elisabete Viana para:

1. Dizer que se realizou um fórum da Anafre e chegaram à conclusão que muitas das freguesias podem estar em vias de desaparecer;
2. Informar que o referido organismo entraria em contacto com os Presidentes de Junta, solicitando-lhes que sempre que lhes fosse pedida alguma informação, respondessem;
3. Acrescentar que tem vindo a sair das freguesias uma série de serviços/instituições e se agora saírem as juntas, muitos dos conterrâneos ficam sem qualquer ligação ao município porque muitas das vezes os Presidentes de Junta eram os “seus pés”; e,
4. Alertar o Sr. Presidente da Câmara de que ficou mal impressionada com os taludes cheios de silvas no IP1. O Instituto de Estradas tem tudo abandonado tal como na auto-estrada. Por conseguinte solicitou-lhe que contactasse o Instituto de Estradas para proceder à limpeza.

A **Deputada Dra. Aurélia Costa Torres**, felicitou este executivo pela homenagem às trapicheiras, recordando a vida daquelas mulheres valencianas que, durante décadas, lutaram pela sobrevivência das suas famílias de forma silenciosa e tantas vezes envergonhada.

Com esta iniciativa contribuiu-se para que as gerações actuais ficassem a conhecer melhor a história da sua terra.

O Deputado Sr. Carlos Natal, disse:

1. Que a situação do país, da Europa e do mundo, em geral, está mal, mas importa olhar para a nossa terra, para aquilo que ainda há - a actividade comercial;
2. Deve-se ter a consciência que há algo a fazer e isto não significa facilitar desmesuradamente, mas ter-se a noção que muitas medidas vão dificultar a vida de quem está todos os dias a laborar;
3. Pensar que a solução para o estado em que o país se encontra é produzir, é fazê-lo crescer economicamente. Se não se arriscar, em vez de se perder 10% dos ordenados, provavelmente ainda se vai perder mais. Na produção e no crescimento económico, poderá estar a solução do país e por isso apelou a que se tivesse consciência que o comércio, neste momento, está a passar uma grave crise;
4. Foram criadas expectativas de que o apoio a esta actividade iria melhorar e não está a acontecer. O que se reflecte é que as pessoas estão desencantadas com a forma como as coisas tem vindo a evoluir; e,
5. Esperar que no futuro se tenha a noção que de facto é preciso fazer alguma coisa em prol desta actividade e por isso apelou a uma maior atenção de todos.

A Deputada Dra. Inês Ferreira:

1. Felicitou o executivo pela forma como dignificou a honra de S. Teotónio no dia em que o município festejou o seu feriado municipal;
2. Destacou a palestra do escritor Dr. Francisco José Viegas sobre a personalidade de S. Teotónio, nas suas dimensões de homem, sacerdote e, especialmente, de viajante peregrino, localizando-o no contexto histórico e espiritual da época e realçando a sua importância na consolidação da nascente nação portuguesa;
3. Realçou o vasto leque de actividades culturais relacionadas com as comemorações dos 850 anos da morte de S. Teotónio e o fim de semana gastronómico;
4. Teceu o seguinte comentário acerca do que se assiste em relação às actas: registou com agrado a segunda participação da Deputada Dr^a Margarida Rodrigues quando se demarcou do texto que entretanto tinha lido em nome do seu grupo municipal. De facto não se esqueceu das dificuldades, da complexidade que há em fazer uma acta e é pena que o líder do seu grupo municipal não tenha essa consciência - ou não fazia ele as actas ou não se apercebeu sequer da dificuldade que há em fazê-las; e,
5. Sugeriu que a Sra. Deputada, depois da sua intervenção, deveria convencer o seu líder e o seu grupo, de forma a não se continuar a assistir a determinadas intervenções a propósito deste documento.

A Deputada Dr^a Maria do Carmo Duarte disse:

1. Constatar-se que na reparação levada a cabo na estrada nacional Valença/Monção, continuam sem preenchimento os correspondentes tracejados, o que poderá colocar em risco vidas humanas;
2. Esta situação já perdura há largos meses e nada leva a crer que as Estradas de Portugal em data próxima, venham a corrigir essa situação. Os valencianos agradeceriam uma intervenção do Sr. Presidente neste sentido;
3. Pretender saber porque motivo o chafariz da rotunda da trapicheira continua sem funcionar; e,
4. Que o Centro Escolar de Frietas está com problemas de infiltrações, chegando mesmo a chover nos corredores. Questionou se a Câmara está a pressionar a empresa construtora visto a obra encontrar-se dentro da garantia.

O **Deputado Sr. José Carlos Sousa**, para agradecer ao executivo, principalmente ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Manuel Lopes, a prontidão com que se deslocaram a Taião aquando da forte tempestade que assolou a freguesia e, pela rápida intervenção na reparação dos caminhos.

Agradeceu também aos Bombeiros Voluntários de Valença, à Protecção Civil e aos funcionários da Câmara Municipal pela eficiência na limpeza dos caminhos.

A Deputada Dr^a Margarida Rodrigues:

1. Disse saber que se resolveu o problema da compra de terrenos junto ao Centro Coordenador de Transportes e que está pensado um equipamento de diversão para jovens e idosos. Questionou acerca do que se vai fazer em concreto;
2. Pretendeu saber se o “Campos Tecnológico” envolve, ou não, mudança das instalações da Escola Superior de Ciências Empresariais;
3. Questionou sobre as obras do aqueduto no Regato da Furna e, chamou à atenção para a falta de manutenção do Edifício do Turismo, do Parque Infantil, junto à estação e, do chafariz que não funciona;
4. Alertou para o facto das actas, no site da Câmara, não coincidirem com a data real da reunião;

5. Em relação a algum equipamento e mobiliário urbano disse que os cestos de lixo junto às escolas são um monte de ferrugem; e,
6. Por último, manifestou-se surpreendida com a parceria publico-privada com a Valorminho, resultante na contra-capa do boletim municipal. Solicitou lhe fosse fornecida a cópia do contrato que deu origem à inserção de tal publicidade e, se realmente se tratar de publicidade, qual o valor liquidado à edilidade ou outro contra valor, caso aquela tenha sido gratuita.

O **Deputado Dr. Jorge Gonçalves** para:

1. Relembrar que na última reunião foi levantada uma questão acerca da sinalética na Coroada e dois meses passados nada se vê, desconhecendo-se também se foi elaborado algum projecto;
2. Manifestar a sua preocupação com o gradeamento no Jardim Municipal, junto à entrada das casas de banho, que tem uns ferros muito salientes relativamente ao capeamento de pedra e pode causar danos; e,
3. Anuir que as actas da Assembleia não são tarefa fácil.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes:**

1. Agradeceu as amáveis palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Taião, dizendo que estão aqui para resolver os problemas, na medida do possível e, em Taião, aconteceu uma pequena catástrofe que a Câmara no âmbito da protecção civil tem obrigação em ajudar a solucionar;
2. Quanto à limpeza dos terrenos, disse que as propriedades municipais estavam razoavelmente limpas e, por exemplo, em Sanfins já se consegue ver o mosteiro, o que não acontecia a alguns anos;
3. Deu nota que não é fácil fazer a limpeza dos montes sobretudo junto às povoações. As pessoas tem sido autuadas e mesmo assim não respeitam a Lei fazendo queimadas em pleno mês de Agosto;
4. Informou que além dos esforços, dos comunicados, dos editais, este ano vai-se fazer uma actividade adicional, que é uma “semana da protecção civil” na qual intervirão todas as entidades que tutelam esta matéria, para se desenvolverem outras intervenções, nomeadamente maior comunicação;
5. Disse não ter tido nenhuma reunião com o Sr. Primeiro Ministro relacionada com a dívida às Águas de Portugal e, a Câmara de Valença, com o atraso normal, está a pagar;
6. Informou, relativamente às portagens da A28 que já foram concertadas iniciativas pelos dez Presidentes de Câmara do Alto Minho. No entanto, julga que a colocação de portagens em tudo o que antigamente eram scuts, é uma medida imparável do governo;
7. Lamentou que tivesse havido alguma confusão com as datas da divulgação dos eventos mas tal será corrigido. Quanto aos cartazes, Valença é “inundada” por tudo o que é cartaz de promoção de eventos de outros municípios. No Jardim Municipal é proibida a sua afixação e aquele espaço é única e exclusivamente para eventos da Câmara ou em que a Câmara colabora ou patrocina;
8. Esclareceu, acerca do pagamento do estacionamento no campo da feira, que a verba apurada reverte a favor da Comissão de Festas do concelho e esta tem uma autorização da Câmara para fazer a angariação de fundos. Só paga parque quem quer;
9. Informou que as Estradas de Portugal já foram alertadas para a necessidade de limpeza dos taludes e estão a proceder em conformidade na nacional 13. Também foram alertados para a reposição do piso da estrada para Monção e respectivas pinturas;
10. Sublinhou que a homenagem às trapicheiras era justa, tal como noutras situações em que os nossos valores e as nossas tradições devem ser preservadas, sobretudo a sua memória. No caso das trapicheiras fez-se com muito gosto;
11. Considerou excelente a intervenção do conferencista Dr. Francisco José Viegas, no feriado municipal;
12. Informou que o chafariz da rotunda não tem água porque está em manutenção. Desde que foi construído nunca havia sido alvo deste tipo de intervenção e estava todo corroído;
13. Deu conhecimento que os problemas das obras não se prendem só com o infantário de Friestas - tem existido em todos os Centros Escolares recentemente construídos. No de Friestas fez-se um auto de recepção provisório e uma peritagem. Todo aquele linólio vai ter que ser levantado, desta vez, por conta da empresa. Para a próxima terá que ser por conta da Câmara uma vez que a empresa alega que construiu de acordo com o que estava projectado;
14. Fez notar a existência de outro problema: as juntas dos tijolos de vidro permitem a entrada de água e também se verifica uma grande condensação. Será uma obra com um grande desgaste nos próximos anos, tal como Passos e Antas;
15. Relativamente à sinalética da Coroada, disse existir um projecto de circulação e estacionamento, no âmbito da obra da Coroada. Os sinais da Coroada não são os homologados – são especiais,

esmaltados e de dimensão mais pequena. Para serem colocados tem que se ter o aval do projectista da obra;

16. Disse desconhecer a situação do gradeamento no Jardim Municipal, mas iria analisar;
17. Informou que chegaram a acordo relativamente à parcela 10 e só está em falta a assinatura do contrato de compra e venda por cento e cinquenta mil euros;
18. Em relação ao “Campos Tecnológico”, disse tratar-se de uma candidatura na qual está muito empenhado pois permitirá resolver vários problemas do município. Chamar-se-á Centro de Inovação Empresarial Logística e será um Campos Tecnológico que irá albergar uma escola superior, um grande auditório e espaço para eventos, orçado em sete milhões de euros;
19. Acrescentou que o edifício do turismo também é um problema e o empreiteiro não assume dizendo que colocou a pintura de acordo com o que estava no caderno de encargos. No parque infantil da Av. Estação, se houver algum problema resolver-se-á e, os cestos do lixo deitam ferrugem porque já foram comprados ferrugentos;
20. Esclareceu que o boletim municipal, não fazia propaganda a nenhuma empresa. A empresa que ganhou o concurso do lixo tinha uma obrigação para com o município que era desenvolver campanhas de sensibilização e, neste boletim, a empresa está a fazer pura e simplesmente isso;
21. Manifestou a preocupação do executivo relativamente ao comércio assim como com todas as actividades económicas, desde a agricultura à indústria ao comércio e ao turismo. Ao município nesta matéria, cabe a função de captar investimentos e atrair visitantes e é isso que tem feito, sobretudo no sector privado;
22. Considerou essencial a existência de superfícies comerciais no concelho que anteriormente se “despacharam” para Tui, Monção e Cerveira. Hoje vemos os valencianos e os espanhóis em Cerveira e em Monção às compras;
23. Disse que o grande trabalho tem de ser feito pelos comerciantes e pelas associações e, no tempo que leva na liderança deste executivo as duas associações comerciais existentes pouca iniciativa tiveram para promover o comércio nesta terra; e,
24. Concluiu que a Câmara atrai as pessoas mas não as pode obrigar a comprar. Actualmente sente que há cada vez mais visitantes mas as pessoas não vem para comprar, vem para visitar, lanchar ou almoçar. Será necessário estar-se preparado para as novas exigências dos visitantes que cada vez mais vem para conhecer as ruas, para ver as casas, as fachadas, o património cultural.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes**, às 11h15 fez uma pausa nos trabalhos. Retomados às 11h40, passou-se ao:

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal - Anexo nº 1

Intervenção o:

Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Disse que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, o assunto da A28 já estava devidamente encaminhado e que os pórticos iriam ser colocados no troço Viana do Castelo, Cerveira e Valença, por determinação do Governo. Esqueceu-se de dizer que a determinação também era do PSD, porque pôs como contrapartida, para aprovar o orçamento de estado, que ao portajar as scuts, portajavam-se todas;
2. Relativamente aos incêndios, havia ficado na proposta de que a Câmara liderasse e organizasse sessões de esclarecimento, com os Bombeiros, a Protecção Civil e os Sapadores, numa campanha mais geral de prevenção, no sentido de informar como proceder à eliminação dos resíduos resultantes da limpeza dos terrenos e as respectivas queimas;
3. Questionou o Sr. Presidente se existe Regulamento Municipal ou outro específico que trate do abate de árvores. Tem-se verificado que as empresas estão a fazer os abates com a maior impunidade dentro da via pública, sem qualquer tipo de sinalização. Tem que haver sinalização própria, a Câmara tem que assumir o controlo e a gestão desta actividade económica no sentido de evitar acidentes. Era importante haver quem fiscalizasse o abate de árvores pois até há pouco tempo verificava-se que o esfolamento era feito em plena berma e depois ninguém recolhia as cascas;
4. Perguntou ao Sr. Presidente se não identificou os proprietários dos terrenos nos quais as mimosas pendem para a via pública, uma vez que eles estão desaparecidos durante todo o ano, para se fazer uma base de dados de cadastramento da propriedade florestal; e,
5. Questionou acerca do que presidiu à opção nas obras que estão a ser feitas na Av. Dr. Tito Fontes,

entre o mercado velho e os semáforos, para se ter optado pelo estacionamento em linha.

O Deputado Sr. Pinto Neves:

1. Saudou o aparecimento do boletim municipal mas considerou tratar-se de um livro muito grande, complicado até para guardar;
2. Sobre o feriado municipal referiu que as actividades deram a dignidade que é exigida ao dia de S. Teotónio e questionou o porquê da escolha do conferencista Dr. Francisco Viegas;
3. Aproveitou para deixar uma palavra de apreço a toda a equipa do núcleo museológico pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, com exposições de elevado nível e que só dignificam o município valenciano;
4. Referiu-se ao estacionamento em espinha e uma vez estarem-se a fazer obras de raiz seria de aproveitar e eliminar o estacionamento de um dos lados da via e na Cidade Nova, junto ao Mercado Municipal, tirar o duplo sentido em algumas ruas, como na Frei Santa Rosa Viterbo;
5. Sobre a requalificação da Av. Dr. Tito Fontes seria ainda de rectificar as passadeiras no cruzamento da rua das escolas com a estação. Ou tem conexão com os semáforos ou então não faz sentido; e,
6. Questionou acerca da finalidade e perspectivas para a utilização do edifício Multiusos da Coroadá.

A Deputada D. Elisabete Viana:

1. Congratulou-se pelo facto da Câmara estar a proceder à limpeza dos taludes e por saber que já tinha sido resolvida a compra da parcela 10. Espera que a Câmara proceda à limpeza e arranjo daquele caminho que facilita o acesso, principalmente de quem vem de Arão; e,
2. Deu nota que na sua freguesia a ribeira de Favais está praticamente coberta pelas árvores e a Junta não as pode cortar nem tem legitimidade para obrigar os proprietários a fazê-lo. Solicitou que as hidráulicas fossem chamadas para proceder em conformidade.

O Deputado Dr. Soares Pereira:

1. Disse que ao ler o ponto de situação das empreitadas e projectos da freguesia de Friestas assaltou-lhe logo uma preocupação - o facto de constar rede de saneamento básico, segunda fase, na situação de revisão de projecto, quando o projecto desta obra já foi anunciado em fase de finalização. Solicitou ser esclarecido acerca deste retrocesso e para quando a sua conclusão;
2. Questionou ainda sobre a plataforma logística de Gandra, pois este documento diz que o projecto está finalizado. Dada a importância desta infraestrutura para o município de Valença e até para o país, gostaria de saber quais são as expectativas sobre a posta em marcha da respectiva obra; e,
3. Solicitou informação acerca dos custos da obra de alargamento da Av. Dr. Tito Fontes.

A Deputada Dr^a Inês Ferreira, disse que aquando das cerimónias do feriado municipal tiveram a oportunidade de visitar o edifício que foi baptizado, enquanto projecto, como Centro de Interpretação das Fortalezas do Vale do Minho. Deparam-se com a existência de três casas de banho muitíssimo bem equipadas e um pequeno auditório. Questionou acerca do destino de tal obra e custos.

A Deputada Dr^a Margarida Rodrigues, para:

1. Insistir sobre o que é que vai ser feito no terreno da parcela dez, junto ao Centro Coordenador de Transportes;
2. Relembrar, no que diz respeito às obras dos Centros Escolares, que para além da garantia de dez anos, também existe uma caução; e,
3. Dizer que nem todos receberam o boletim municipal e o termo propaganda já não se utiliza – designa-se publicidade institucional e é uma técnica de comunicação utilizada pelo marketing e como contrapartida tem que haver um pagamento. Concordou que a empresa tenha que fazer campanhas de sensibilização, mas que não utilize este meio para tal finalidade.

O Deputado Sr. Luís Amorim, disse constatar através dos documentos, que estão a decorrer algumas obras, mas não consta a informação da situação financeira do município.

Alertou a autarquia relativamente à obra de requalificação da Av. Dr. Tito Fontes, no sentido da empresa construtora proceder à criação de um corredor de segurança para os peões.

O Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes:

1. Deu nota que a Av. Dr. Tito Fontes irá ter uma nova configuração urbana com estacionamento do lado da fábrica e, dois passeios largos com árvores quer do lado nascente quer do lado poente;
2. Esclareceu que para se fazer o estacionamento em espinha do lado da artística, tinham que ir mais cinco metros dentro e a sociedade artística já deu toda aquela frente;
3. Anunciou que a devido tempo proporá um voto de louvor e de apreço pela disponibilidade quer desta empresa quer de outros particulares, pela cedência dos diversos espaços para as obras de requalificação;
4. Informou, quanto à questão do estacionamento em espinha, que existem orientações técnicas na base da execução dos projectos e em zonas de dois sentidos a prevenção rodoviária não

aconselha, ou quase proíbe o estacionamento em linha porque a manobra de saída implica a obstrução da outra faixa;

5. Disse que a passadeira junto ao retiro dos estudantes vai ser alterada e, o corredor para peões não é uma situação fácil pois estão a decorrer duas obras em simultâneo. Lamentou um acidente com um transeunte e este já foi instruído, no âmbito dos seguros, pois tratando-se de uma obra do município este também têm alguma responsabilidade;
 6. Elucidou, no que concerne ao estacionamento indevido e ao corte de madeiras, não ser a Câmara a responsável pela colocação de sinais ou pela segurança nas estradas públicas. Nestes casos deverá intervir a GNR, não existindo nenhum Regulamento Municipal, só o cumprimento do código da estrada;
 7. Referiu que a parcela dez vai permitir limpar o campo da feira e possibilitar uma intervenção de embelezamento na zona da Cidade Nova e, conseqüentemente, frente à Lua de Mel e ao edifício Lepanto;
 8. Informou que na Av. Sá Carneiro serão colocados alguns equipamentos geriátricos mas não será, necessariamente, um parque específico para o efeito. Serão equipamentos para quem, no dia a dia circule naquela zona, os poder utilizar;
 9. Disse que no edifício multiusos da Coroada existem três boas casas de banho que não foram feitas para serem públicas. São casas de banho para uso daquele edifício, no entanto, as pessoas podem utilizá-las. Quanto aos custos do edifício foi de quatrocentos mil euros, com uma candidatura no âmbito do QREN;
 10. Informou que o projecto de saneamento de Friestas está em revisão porque no passado existiram muitos problemas, assim como noutras freguesias, porque o projecto estava feito e aprovado e ficou desactualizado. Quando foi a concurso não correspondia à realidade, tinham surgido novas casas e tiveram que se colocar mais ramais;
 11. Disse que gostaria de iniciar a obra este ano e tem um empréstimo de novecentos e trinta mil euros para usar. Tem alguma margem de candidatura para Friestas, Arão e Cristelo Covo e parte de Gandra, à excepção de Silva, S. Julião e Fontoura que já assinaram contrato de financiamento;
 12. Esclareceu que o projecto de abastecimento de água para a plataforma logística foi feito pelas Águas do Minho e Lima, sem se ter a certeza de que esta seria implantada. Neste momento está assinado e aprovado um contrato de planeamento e a Câmara vai executar este plano, escolhendo a equipa e o consórcio. Numa primeira fase pagará o plano e quando avançar com as obras de infraestruturas será ressarcida nas verbas despendidas;
 13. Informou que para a limpeza dos taludes falaram com a C.P e inicialmente estavam disponíveis para cortar as árvores. Avançou-se com uma primeira fase, mas para continuar tinham que ter o técnico de segurança da referida empresa;
 14. Comunicou que será feito um embelezamento na via, arranjado todo o talude e feitos passeios dos dois lados; e,
 15. Quanto às hidráulicas e, na sequência de uma resposta dada pela ARH à Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, diz que a responsabilidade para a limpeza dos terrenos confinantes com os regatos de água é dos proprietários. A Junta notificará os proprietários e eles são obrigados a limpar.
- O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, para:
1. Esclarecer que o que perguntou foi se não havia um regulamento específico quanto à limpeza e sinalização das vias, aquando do abate de árvores;
 2. Sugeriu ser chegado o momento da Assembleia se debruçar sobre o assunto, no sentido de o actualizar para as novas realidades, pois os camiões tem que estar na via, não havendo outra maneira de carregar a madeira. A Câmara poderia coordenar e articular com os proprietários florestais, através de uma norma que implicasse fiscalização e oficialização para proceder à operação de limpeza, de maneira a minimizar o problema; e,
 3. Dizer desconhecer a especificidade técnica relativamente ao estacionamento em espinha, mas é lógico que assim seja. Nesta perspectiva, porque não fazer um sentido único naquela zona, o que iria de encontro a uma requalificação entre o Merendola e a rotunda da trapicheira, de maneira a desviar os camiões pela Urgeira. Existiria o inconveniente de passar demasiado perto da zona escolar mas, com certeza, também haveria alguma solução técnica e, com a vantagem de se irem criando condições para que a variante fosse uma necessidade efectiva.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** disse que, sabendo o custo do edifício multiusos da Coroada, continua sem saber o que é que se vai lá fazer.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para recordar ao Sr. Presidente da Câmara que não lhe respondeu à

questão da situação financeira do município, que na sua documentação não consta.

***Segundo a informação da Secretária da Assembleia que se transcreve, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara não consta porque : “Imperceptível porque não ligou o micro”.**

2º PONTO – REGULAMENTO MUNICIPAL DE VENDA AMBULANTE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA - ANEXO Nº 2

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Pinto Neves**, para dizer que o artº 18, ponto 2, fala da proibição constante da alínea a), mas esta alínea não existe. Sobre o articulado constante no artº 19 e 20 solicitou que fosse feita uma fiscalização efectiva. Quanto ao mais concordavam com o presente Regulamento.

O **Deputado Dr. Veríssimo**:

1. Disse que este Regulamento espelha a necessidade de sistematizar e harmonizar num único instrumento normativo o relevo que este tipo de actividade económica continua a assumir hoje em dia, com fortes tradições nas determinadas áreas do concelho;
2. Referiu que introduz novas regras de utilização e estipulação de zonas onde é permitido o exercício de venda ambulante, de forma a facilitar a consulta pelos interessados, bem como a relação de todos os agentes económicos envolvidos com o público e com as autoridades fiscalizadoras, com competência atribuída pela Lei; e,
3. Deu nota de algumas rectificações: artº 18, nº 1, ver alíneas – consta d) e) e f) e deverá ser substituído por a), c) e d); artº 20, nº 1, faltam todas as alíneas; artº 24, nº 1 faltam as alíneas a), b) e c) e no nº 2, as alíneas a) e b).

A **Deputada Drª Margarida Rodrigues**, chamou à atenção para o artº 9, nº4, alínea b), nos requisitos para a venda ambulante em que é pedida fotocópia do cartão de empresário em nome individual. Este cartão não existe há muito tempo.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para dizer que neste Regulamento não estão mencionadas regras de funcionamento à pratica da actividade comercial na área do concelho.

Questionou se é um Regulamento novo, ou se é para reformular algum existente, porque constata que no seu articulado não faz referência à revogação de artigos.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**:

1. Esclareceu tratar-se de Regulamento novo e embora a prática de venda ambulante fosse conhecida de todos, aplicava-se a Lei geral. O objectivo é disciplinar esta actividade e surgiram algumas correcções;
2. Quanto à questão do artº 9 - cartão de empresário em nome individual - foi transcrito exactamente da respectiva Lei; e,
3. Acrescentou que na discussão pública, só apareceu uma proposta - dada a alteração do artº 18 - de uma zona de protecção de cinquenta, para cem metros, e que foi aceite em reunião de Câmara.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, o Regulamento foi **Aprovado por**

Unanimidade.

3º PONTO – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO - ANEXO Nº 3

Intervieram os Deputados:

Sr. Armando Carvalho, para:

1. Dizer que o Regulamento dos parques municipais decorre inteiramente de se reconhecer, ou não, a necessidade da Câmara em capitalizar receitas, por um lado, e proceder ao regulamento de estacionamento por outro;
2. Acrescentar que a partir do momento que se conclua que estão satisfeitas as duas premissas da análise do articulado do documento, terá que se reconhecer que ele é equilibrado, falta saber se é justo. A justiça do Regulamento dependerá de levar em linha de conta a própria dinâmica do fluxo do trânsito em Valença, que está muito direccionada para a actividade comercial;
3. Fazer notar que o trânsito condicionado por estacionamento pago em Valença, está principalmente junto a estabelecimentos comerciais, quer dentro da fortaleza quer fora, e aí tem que se ver se estão tomadas as medidas no sentido de proteger eventuais danos que venham ser causados à actividade comercial e, se estão acauteladas as excepções necessárias;
4. Questionar se, no ponto 3, em que a Câmara Municipal poderá isentar ou reduzir as taxas para residentes e trabalhadores que exerçam funções na área de influencia dos respectivos parques ou zonas de estacionamento limitado, se é mera retórica ou se a Câmara tem mesmo a vontade para isentar ou reduzir as taxas;
5. Recordar que sempre disseram que o ideal seria retirar os carros de dentro da fortaleza, evidentemente seria preciso precaver as situações de carga e descarga e o uso do lar, das

instalações hoteleiras, etc; e,

6. Referir uma vez que a opção política e administrativa não é essa, é preciso ter em conta que se se metem os carros todos dentro da fortaleza e não se cobra por inteiro aos trabalhadores e aos residentes, pouco espaço fica para os visitantes. Há aqui um problema de logística que tem que ser resolvido, mas de facto os trabalhadores, incluindo os próprios comerciantes não podem estar sujeitos a um encargo para poder ter o seu estacionamento garantido.

O Deputado Sr. Pinto Neves:

1. Relativamente ao ponto nº 3, para cumprir a determinação da alínea d), seria conveniente assinalar alguns locais como sendo proibido estacionar, a título de exemplo: junto ao Jardim Municipal a cinco metros das passadeira;
2. Manifestou satisfação com o artº 4, ponto nº 2 e considerou exagerada a taxa de sessenta cêntimos hora, constante no 1º ponto do anexo 1, que depois não se coaduna com as propostas feitas no ponto 2; e,
3. Questionou porque razão no ponto nº 4 não se apresentava já a limitação do número de horas de utilização pagar.

O Deputado Sr. Rui Ferreira, disse que se iria pronunciar acerca dos estacionamentos. Ficou com a ideia que a reorganização iria partir para a Cidade Nova e considerou muito importante criar-se ali um espaço verde pois aquela zona é um absurdo urbanístico.

O Deputado Sr. Carlos Natal:

1. Concordou que é preciso atrair investimentos, mas também é preciso, preservar aquilo que já existe - o movimento comercial - que é no fundo o que origina a fonte de receita de que se está a falar;
2. Focou a questão da “divisão” que se fala em termos comerciais de dentro da muralha e extra muralhas, afirmando que ele nunca teve essa postura;
3. Alertou que para além das lojas abandonadas nos centros comerciais, também já se começa a ver na própria fortaleza;
4. Considerou que o Regulamento do parque de estacionamento para a cidade, de uma forma geral está bem porque, no fundo, é um suporte à Lei geral;
5. Referiu algumas situações que no anexo nº 1 deveriam ser melhor tratadas: artº 1, a taxa de sessenta cêntimos hora devia ser diferenciada; no caso dos parquímetros está subjacente a ideia que os carros estejam em permanência o menos tempo possível, daí uma taxa mais cara; e,
6. Disse que em todas as alíneas que se seguem, faltam, acima de tudo, os critérios que definem as isenções, as atribuições dos cartões e, toda a norma e a orgânica de funcionamento do parque, exemplificando: a oferta dos primeiros quinze minutos não está escrita em lado nenhum e essa é uma isenção de taxa que é da competência da Assembleia Municipal.

O Deputado Sr. Luís Amorim:

1. Relativamente a este Regulamento, não tinha nada a opôr, parece-lhe que ele cumpre todas as obrigações legais, está mais ou menos bem estruturado, entende-se que é um documento geral e abstracto que irá regulamentar o estacionamento de toda a zona da cidade de Valença; e,
2. Estarão atentos à sua implementação e, referente ao anexo nº 1, surgiu uma dúvida: que é a taxa a ser cobrada referente à hora, questionando se quem não utilizar a hora terá que pagar os mesmos sessenta cêntimos.

O Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes:

1. Esclareceu tratar-se duma questão prática e a taxa de referência são sessenta cêntimos hora. Recentemente saiu uma orientação que diz que a taxação tem de ser ao minuto daí que seja em função do tempo;
2. Considerou aceitável este valor, assim como as questões das limitações uma vez que o comércio é o principal financiador dos estacionamentos;
3. Disse que os comerciantes da Av. S. Teotónio e do Colégio Português, já algumas vezes o abordaram acerca da previsão para a colocação de parquímetros para evitar que os estacionamentos não fossem ocupados só com os residentes ou trabalhadores;
4. Frisou que quando se fala da Coroada, os residentes e os trabalhadores estão identificados. Quando se criar um parque na Av. de Cristelo, aplicando o mesmo critério, o leque alargará muito e correr-se-á o risco de investir e não haver retorno, por estar ocupado só com os trabalhadores e comerciantes;
5. Referiu existirem coisas que não se conseguem resolver, fruto de erros do passado. Na Cidade Nova a Câmara só tem um terreno que é o Mercado Municipal e não o vai demolir para fazer estacionamento público a não ser que alguém o compra-se e tivesse esta iniciativa; e,
6. Acrescentou que neste momento a pior zona é em frente à Lua de Mel. Gostariam que o acesso às

garagens fosse comum e as pessoas entrassem por um túnel porque com aquelas rampas não se consegue fazer nada.

O Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Para dizer que o Sr. Presidente veio abanar o espectro da demolição do mercado para fazer um parque de estacionamento e resolver o assunto. Se um dia isso se vier a concretizar tem a sua oposição e espera da maior parte dos valencianos; e,
2. Relativamente ao ponto 3, convinha descobrir uma maneira de prever a possibilidade de, talvez através da atribuição de créditos ou outro sistema qualquer, permitir que os comerciantes pudessem beneficiar os seus clientes com tempo de estacionamento.

O **Deputado Sr. Rui Ferreira** sugeriu que o parque de estacionamento na Cidade Nova, destinado à venda dos produtos das lavradeiras e que não é usado, poderia desaparecer daquela zona e fazer-se nesse local um jardim.

Concordou que junto aos bancos deveria haver parquímetros.

O **Deputado Sr. Carlos Natal** recordou que a Lei diz que a criação das taxas municipais, bem como a fixação dos respectivos quantitativos cabe à Assembleia Municipal - alínea e), nº 2, artº 53 da Lei 169/89, que depois teve nova redacção com a Lei 5 A, de Janeiro de 2002. Mencionou não existir Lei habilitante para que a Assembleia Municipal delegue a respectiva competência na Câmara Municipal e continuava a insistir em que o Regulamento teria que, obrigatoriamente, ser apresentado a este órgão.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Dizer que a Assembleia está a definir taxas mas a tarifa de sessenta cêntimos hora já estava estipulada há anos num Regulamento Municipal;
2. Acrescentou que o que se pretendia era que a Assembleia desse a possibilidade de isentar ou reduzir e não tinha dúvidas quanto à legalidade;
3. Defendeu que um parqueamento é uma prestação de serviços e, se eventualmente houvesse alguma formalidade que não estivesse cumprida, as entidades competentes a seu tempo pronunciar-se-iam;
4. Esclareceu não ter dito que ia demolir o Mercado Municipal, mas o certo é que o de Valença deixou de exercer a sua função enquanto tal;
5. Frisar que neste edifício estava a ser feita uma limpeza e gostaria que à posteriori fosse um centro comunitário, cívico, ou, então, para as associações. Em baixo, numa primeira fase, seria para colocar as lavradeiras, às quartas e sábados; e,
6. Mencionou que o ideal seria que aquele espaço pudesse ser também dinamizado com artistas, festas, musica ao vivo, para uso em permanência. Será feito um estudo de ideias e a seguir, solicitado a todos os projectistas do concelho que dêem algumas ideias, tal como para o Jardim Municipal e Campo da Feira antigo.

Colocado à votação, num universo de 36 Deputados, registaram-se: 0 votos contra, 1 abstenção (Sr. Armando Carvalho), e 35 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes**, às 13h15 interrompeu os trabalhos. Retomados às 14h45, passou-se à discussão do:

4º PONTO – REGULAMENTO DE TOPONÍMIA E DE NUMERAÇÃO DE POLÍCIA EM EDIFÍCIOS - ANEXO Nº 4

Usou da palavra:

A **Deputada D. Elisabete Viana**, para dizer que há dias foi contactada pelos enfermeiros da SIV, porque os números de polícia não correspondem à Lei nº 9 e, por conseguinte, cria-lhes dificuldade em chegar aos domicílios. A Junta irá proceder à alteração.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves**, para:

1. Louvar o trabalho das Juntas de Freguesia que há anos tomaram a iniciativa de colocar número de polícia, se bem que agora parece que vão ter de rever essa situação;
2. Alertar que o presente Regulamento revoga expressamente qualquer norma e as aldeias terão de que readaptar os seus números de polícia;
3. Deixar algumas correcções: no artº 4, na designação de bairro o termo “nomeadamente” e “isolado” não lhe parecem muito propositados, tal como a descrição de calçada, que pode ser em diversos materiais. Na página 5, alínea j) retirar o termo “divisão”, como a seguir, na alínea b) do artº 7;
4. Recordar que é a Câmara que terá de aprovar o licenciamento de obras de arquitectura para urbanizações e recuperação de edifícios. No entanto, nos loteamentos o que se faz primeiro é a numeração das ruas e à posteriori a Câmara atribui-lhes a toponímia;
5. Se reportar às dimensões dos caracteres e às excepções contempladas no Regulamento, que referem que podem ter maiores dimensões desde que sejam considerados anúncios. A seu modo

de ver não se deveriam misturar as coisas;

6. Referir-se ainda à questão das cores e composição de caracteres, sugerindo a utilização de uma cor única que realmente fosse o símbolo de uma rua ou de um bairro; e,
7. Concluir ser uma boa iniciativa e louvou a atitude da Câmara.

O **Deputado Sr. Luís Amorim** para dizer estar-se perante um documento que já devia ter sido discutido e apresentado há mais tempo. Trata-se de um conjunto de regras que irão disciplinar a toponímia do nosso concelho, pondo fim a algumas situações problemáticas, nomeadamente com a correspondência.

Constatar-se que o documento contempla a criação duma comissão que se deseja funcional. O Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, considerou pertinentes as correcções sugeridas e, relativamente à questão das dimensões e cores, disse tratarem-se de excepções porque, como refere o documento, esses casos terão que estar devidamente justificados e só serão autorizados por despacho do Presidente da Câmara.

Colocado à votação, num universo de 32 votantes, foi **Aprovado por Unanimidade.**

5º PONTO - REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL - ANEXO Nº 5

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**:

1. Percute-se-lhe ser a segunda vez, em executivos diferentes, que se tenta disciplinar, regulamentar a actividade das senhoras que vendem fora do mercado e também passá-las para dentro deste espaço;
2. Disse, segundo o que tem auscultado, que nem todas estarão nessa disposição pelo que esta medida poderá vir a tornar-se fonte de discórdia. Considerou que a Câmara deveria providenciar no sentido de que as senhoras se organizassem ou permitissem que as ajudassem a organizar-se para, eventualmente, poder ser feita uma ocupação rotativa do interior do mercado;
3. Chamou à atenção de que as pessoas querem, de passagem, fazer as suas compras e a feira das lavradeiras dinamiza muito todo o comércio à volta;
4. Referiu partilhar da ideia de que o Mercado venha a ser transformado num Centro Comunitário que implique todas as actividades humanas, incluindo o comércio e seja também utilizado como local de exposições, de eventos, de reuniões e de sedes mas nunca perder a sua faceta ligada ao mundo do trabalho;
5. Disse fazer todo o sentido que as lavradeiras possam usufruir do espaço interior do mercado, mas também do espaço exterior e, nesse aspecto, o artº 36 vem prejudicar tal possibilidade, uma vez que diz que num raio de cem metros à volta do Mercado e durante o seu funcionamento é proibida a venda ambulante de produtos ou artigos iguais ou semelhantes aos que ali são vendidos;
6. Questionou se os abrigos que foram feitos pelo executivo anterior foram alugados ou cedidos a alguma entidade privada porque vê a publicidade de um restaurante dessa zona, a dizer que tem parque privativo coberto; e,
7. Propôs à Câmara e concordando com a intervenção anterior de um Sr. Deputado, que se efectivamente não negociou aquele equipamento nem aquele espaço, podia aproveitá-lo para zona de lazer, nomeadamente zona verde.

O Deputado Sr. Pinto Neves:

1. Disse que esta alteração vem de encontro ao que o CDS defendeu durante a campanha eleitoral. É uma medida de apoio à economia de uma frágil franja social do mundo rural do nosso concelho, devendo incentivar a que mais pessoas utilizem este espaço, de forma a torná-lo útil aos munícipes, quer por parte dos vendedores quer dos consumidores;
2. Fez notar que a venda de múltiplos produtos pode levar à oferta de alguns menos próprios, o que pode afectar a saúde pública, bem como o bom nome comercial dos operadores do mercado municipal;
3. Sugeriu que esta actividade deveria, nos termos em que já se encontra regulamentada, merecer a atenção do médico veterinário municipal; e,
4. Sugeriu a integração, neste espaço de venda, de produtos do Rio Minho.

A **Deputada D. Elisabete Viana**, disse que realmente algumas lavradeiras não querem ir para o edifício do Mercado e outras concordam. No entanto, a Lei quanto se faz tem que ser para todos e, realmente nos dias de chuva não é agradável estar ali com os produtos à volta da praça. Por conseguinte, disse concordar plenamente com o Regulamento.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves**:

1. Disse que não se justificava aquele edifício com uma banca ou duas e, antes de mais, gostava que

- fosse feita uma limpeza a nível exterior pois encontra-se com um aspecto lastimável;
2. Recordou ter sido o primeiro prédio em Valença a ser feito em cruz - na altura acharam-no muito bonito, mas ele acha-o horrível ainda mais nas condições em que se encontra e sugeriu ainda que fossem tratadas as rampas de relva que o rodeiam;
 3. Esclareceu que o espaço, agora coberto, ao lado do Mercado, e destinado às lavradeiras, era do prédio; e,
 4. Anuiu que a Lei é para ser aplicada por todos e portanto todos devem proceder em conformidade com o agora Regulamentado, isto sim com melhores condições. Concordou que as instalações sejam preparadas para outro tipo de actividades, podendo-se vir a tornar um edifício de referência no concelho.

A Deputada Dra. Inês Ferreira, para:

1. Dizer que eram necessários e urgentes alguns regulamentos e recordou que, de facto, este executivo há ano e meio no poder já trouxe uns quantos que agora parecem ser tão importantes para a bancada do PS. Este grupo esteve no poder doze anos e nada fez neste sentido ;
2. Referir que com estas alterações ao Regulamento do Mercado Municipal as lavradeiras vão ser mais beneficiadas pois ficam recolhidas das intempéries;
3. Destacar que, para além disso, também é importante reanimar um espaço público que tem sido votado ao abandono;
4. Mencionar ser evidente que a sociedade actual tem características particulares, no que diz respeito aos tipos de comércio e aos novos métodos de venda e, naturalmente, o Mercado Municipal hoje com as características de antigamente, não se justifica. Justifica-se sim um espaço onde as nossas lavradeiras possam manter viva a tradição da venda dos produtos agrícolas caseiros e nós a possamos desfrutar; e,
5. Felicitar pela decisão com duplo objectivo: por um lado criar um espaço onde as lavradeiras possam estar mais condignamente, por outro, dar vida àquele imóvel.

O Deputado Sr. Luís Amorim:

1. Contrapostos o proferido pela Deputada Dra. Inês Ferreira, dizendo que reconhecem as situações quando efectivamente devem ser reconhecidas e quando há necessidade de adaptação aos tempos;
2. Recordou que o Grupo do PSD, em tempos também tinha Vereadores na Câmara Municipal e nunca apresentaram nenhuma proposta de alteração a qualquer regulamento;
3. Concordou com esta alteração regulamentar ao Mercado Municipal. Apenas têm algumas dúvidas que gostariam de esclarecer: se vão existir critérios para ocupação dos lugares ou se é o que está estipulado no regulamento; como se irá proceder à autorização dos lugares e se vão ser permanentes. Também denotam que uma das alterações frisa que os lugares serão destinados exclusivamente às lavradeiras do nosso concelho, pelo que recordou que existem lavradeiras de Valença a frequentar os mercados dos concelhos vizinhos; e,
4. Acrescentou nada terem a opôr a este Regulamento e irão votá-lo favoravelmente.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes:

1. Justificar que a situação das lavradeiras é uma questão que carecia de resolução há já alguns anos e todos tem questionado a forma como se vendiam os produtos às quartas feiras no mercado, em especial no exterior, sujeitos às mais diversas condições ambientais que não eram as de higiene mais convenientes;
2. Acentuar que se estavam a criar as condições para a sua instalação no interior e quando estas estiverem reunidas será para proceder em conformidade, não havendo possibilidade de venda sem ser neste espaço. As lavradeiras foram auscultadas e é normal nestas situações haver uma ou outra que não concorda;
3. Informar que se vão estabelecer critérios e já está feito o levantamento de quem vende no mercado. Existem ainda uma série de pessoas que estão no Mercado Municipal e dizem que tem direitos, que já vinham do antigo mercado, mas consideram não ter deveres e a banca é gratuita desde essa época;
4. Dar nota da existência de lojas com uma renda especial, porque foi a renda que trouxeram do mercado antigo. Há vinte anos que aguardam que a Câmara lhes alterasse o regime provisório para um regime definitivo - tal nunca foi feito;
5. Informar que se vão reservar algumas bancas só para os produtos alimentares de carnes e de peixes e, depois as pessoas inscrevem-se para a ocupação. Far-se-á um sorteio público;
6. Esclarecer que neste momento tem vinte e cinco bancas disponíveis e as lavradeiras fixas são quarenta e três, pelo que faltam vinte. A experiências de outros mercados, é que se agrupam

ficando no mesmo espaço;

7. Frisar que outra solução passará por bancas amovíveis para serem montadas nos dias do mercado e desmontadas logo a seguir;
8. Referir que de momento é preciso limpar tudo por dentro e fazer uma intervenção e, por fora, já está preparada uma intervenção com os bombeiros com a escada para ir aos telhados. Não podem permitir que na recuperação deste edifício se ultrapasse a verba que está inscrita no orçamento – cinquenta mil euros – e crê que com os trabalhadores da Câmara e com uma ou outra subcontratação, se for necessário, se consegue fazer uma intervenção de fundo para assim se poderem albergar condignamente as lavradeiras e preparar aquele espaço para outras actividades;
9. Dizer, quanto ao facto dum restaurante estar a utilizar o espaço coberto para parque, a Câmara não disponibilizou qualquer espaço para o efeito; e,
10. Informar estar-se em conversações com os proprietários dos terrenos que vem até à esquina do Mercado Municipal, para permitir alargar o passeio.

O Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Disse que no artº 30 onde se enumeram os artigos que podem ser vendidos nos dias de feira, não faz referência ao mel nem às compotas pelo que pretendia saber se podem ser incluídos;
2. Insistiu não estar suficientemente esclarecido quanto à bondade da proposta ou funcionamento da obrigatoriedade de inclusão das lavradeiras dentro do mercado. Não há nada em termos sanitários, estéticos e funcionais que impeça o mercado de funcionar fora e dentro deste espaço. Da maneira que vai a sociedade, provavelmente daqui a uns meses as pessoas terão que vender fora, por uma questão de necessidade;
3. Considerou que o artº 36 - que proíbe a venda ambulante de artigos iguais ou semelhantes num raio de cem metros à volta do mercado, durante o seu funcionamento - deveria ter outra redacção: num raio para além de cinquenta metros à volta do mercado e durante o seu funcionamento tal não deveria ser permitido. Isso sim era proteger as lavradeiras da concorrência; e,
4. Informar que irão votar contra, com declaração de voto.

O Deputado Sr. Sebastião Alves, disse que iria utilizar este momento para falar acerca da cedência, ou não, de terrenos à face das vias públicas, para passeios ou para alargamento de vias, reportando-se à rua da Seixosa: nesta rua ficou um terreno com cerca de dez metros de frente e, um metro de muro de um lado e, setenta centímetros do outro. Quem desce a referida rua esbarra-se contra esta barreira. Se não foram cedidos os terreno para executar obras em condições, dever-se-ia partir para a expropriação.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira**, em resposta ao Deputado Sr. Luís Amorim recordou-lhe que quem disse que já faltava esse Regulamento há algum tempo foi o próprio Sr. Deputado. Depois, o PSD estava no poder em minoria e as participações deste grupo na Assembleia Municipal caíam em “saco roto” .

O Deputado Sr. Luís Amorim, para dizer à Deputada Drª Inês Ferreira que o que sucedeu ao seu grupo no passado acontece-lhes a eles neste momento. Trazem muitas sugestões de alteração e também caem em “saco roto”.

Questionou se vai, ou não ser permitida a venda, no espaço das lavradeiras, do mel e das compotas e, também se o espaço vai ser restrito às lavradeiras do nosso concelho.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes:

1. Respondeu que quanto à questão de ser restrito às lavradeiras do concelho era o que já estava contemplado no artº 30 e foi aprovado pela Assembleia, aquando da colocação da estrutura de ferro que supostamente serviria para albergar as lavradeiras. Não constavam nem o mel nem as compotas assim como se era, ou não para as vendedoras do concelho;
2. Disse não ver inconveniente em que lá se vendam o mel, as compotas e os produtos da terra. Quanto à possível inspecção por parte da ASAE, se realmente viesse a acontecer, primeiro viriam analisar e orientar as pessoas e só depois, eventualmente, no incumprimento dos requisitos é que emitiriam as respectivas coimas; e,
3. Disse ter conhecimento do problema da rua da Seixosa e obteve informação de que não valerá a pena falar com a proprietária do terreno em causa. Tentarão arranjar alguma solução para minimizar as probabilidades de acidente no referido local.

Colocado à votação, num universo de 33 votantes, registou-se: 1 voto contra (Sr. Armando Carvalho) 0 abstenções e, 32 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

Declaração de Voto do Deputado Sr. Armando Carvalho:

“ A Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, vota contra o ponto nº5 em discussão na Assembleia, nomeadamente por via do artº 36, por considerar que as medidas impostas neste regulamento não estão suficientemente fundamentadas no sentido de que se será, ou não, do interesse das senhoras lavradeiras, se sairão

beneficiadas neste sistema apontado”.



Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, da **Acta em Minuta**, que submetida à votação, num universo de 33 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e 33 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Gomes**, questionou o público presente se desejava intervir, não se tendo registado qualquer inscrição.

Agradeceu a presença de todos e, pelas 15h40 deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)